

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16750 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Amanda Volkmann - UFPR - Universidade Federal do Paraná

A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a adoção das plataformas digitais nas escolas estaduais do Paraná e as implicações para o trabalho docente, entre os anos de 2019 a 2024. Para tanto, recorreu-se à literatura que demonstra que a plataformação do ensino é uma das formas de privatização da escola pública (Adrião, 2018; Adrião, Domiciano, 2020) e está inserida no contexto da Era Digital (Antunes, 2023) e do Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2021). Evidenciam-se, como implicações para o trabalho docente, a prática acentuada de *accountability* (responsabilização, desempenho e padronização), o adoecimento docente e as transformações para a profissão docente.

PALAVRAS-CHAVE: Plataformação. Privatização. Trabalho docente. Era digital.

Este trabalho tem como objetivo analisar a adoção das plataformas digitais nas escolas estaduais do Paraná e as implicações para o trabalho docente, entre os anos de 2019 a 2024. Tal objetivo tem como base o fenômeno da plataformação, que é uma das formas de privatização da educação (Adrião, 2018; Adrião, Domiciano, 2020), já que a maioria das plataformas adotadas são desenvolvidas e vendidas por instituições privadas e contribuem para introduzir a lógica do mercado nas escolas.

A privatização da educação está inserida no contexto da globalização do neoliberalismo, da Nova Gestão Pública (NGP) e reformas de Estado - como o Plano Diretor de Reforma do Estado de 1995 no Brasil - propostas a partir dos anos 1970 mundialmente, consequência da crise estrutural do capitalismo (Oliveira, 2015; Freitas, 2018). Segundo Dalila Andrade Oliveira (2020, p. 88), “a ênfase nas avaliações dos resultados acadêmicos passou a comandar a gestão escolar, constituindo-se importante mecanismo de regulação do sistema. É por meio de seus resultados, do ‘conhecimento’ produzido em forma de

indicadores, que a escola passou a ser avaliada.”

Assim, atualmente os sistemas educacionais utilizam as plataformas para gerenciar os dados, índices e resultados. Essa lógica pode ser observada através do *accountability*, por exemplo, mecanismo de controle, vigilância, prestação de contas e/ou responsabilização por resultados, já que as plataformas permitem a vigilância e o controle de forma mais constante por parte dos núcleos e secretarias de educação (Freitas, 2018).

Entretanto, o trabalho, de forma mais ampla, está sendo profundamente afetado pelo fenômeno da plataformização, não somente por ela, mas por todos os elementos que a Era Digital trouxe para o trabalho e as relações sociais (Antunes, 2023).

A Era Digital permite a “utopia neoliberal de supressão das fronteiras e de enfraquecimento gradual das instituições públicas de ensino” (Laval, 2004, p. 132). Com isso, o trabalho do professor se transforma, deixa de ser o de ensinar e passa a ser o de mediador.

Dessa forma, esta pesquisa, de forma qualitativa, bibliográfica e documental, busca - por meio de estudos, documentos e notícias - analisar as consequências do processo de plataformização da educação para o trabalho docente no estado do Paraná. O recorte temporal da análise, 2019-2024, justifica-se por ser o período do mandato do governo Ratinho Júnior, uma gestão marcada pela privatização da educação estadual (APP Sindicato, 2024).

A gestão de Ratinho Júnior deu continuidade à utilização dos recursos Google (da empresa Alphabet) e a criação do que passou a ser chamado @escola: *e-mails* institucionais para todos os profissionais da educação e, posteriormente, para todos os alunos da rede, medida tomada ainda na gestão anterior, de Beto Richa (2011-2018) (CEE, 2018).

A partir disso, foram implementadas gradativamente algumas plataformas educacionais, como o Redação Paraná e o Inglês Paraná, que apesar do nome não foram elaboração própria e, sim, ferramentas compradas de instituições privadas (APP Sindicato, 2023). Para que se tenha acesso às plataformas, é necessário realizar um *login* com a conta Google institucional, gerando uma conexão entre os dados e as plataformas. Acerca disso, a pesquisadora Shoshana Zuboff (2021) discorre sobre a problemática da captação dos dados dos usuários. O capitalismo de vigilância envolve a utilização de ferramentas tecnológicas em prol do capitalismo, para gerar lucro. Ou seja, algoritmos escaneiam os usuários, geram dados que podem ser vendidos e usados para o direcionamento dos algoritmos, como um ciclo.

Em 2020, o mundo viveu uma pandemia de Covid-19, que além do número expressivo de mortes e um longo período de isolamento, causou alterações significativas para o cotidiano

escolar. Em muitos lugares, o fato de as aulas presenciais terem sido canceladas, tendo que migrar emergencialmente para o ensino remoto, abriu portas para a implementação de diversas experiências digitais. Segundo os pesquisadores Iside Gjergji e Fabrizio Denunzio (2023, p. 267)), “observou-se o fenômeno pela lente da emergência, que, contudo, tende a ofuscar muitos outros elementos, por exemplo, os enormes esforços ao longo de décadas por parte de empresas e estados para introduzir novos modelos formativos em que a educação digital desempenha um papel fulcral”. Ainda, conforme os mesmos autores, essa tecnologia capitalista objetiva controlar a força de trabalho, não somente dos professores, mas também dos alunos que serão trabalhadores no futuro.

Uma das marcas do *accountability* no Paraná é o programa *Power BI*, da empresa Microsoft, que compila dados de acesso às plataformas, envio e correção de atividades, presença, uso de câmera (no caso de aulas remotas), notas, dentre outros. Esse tipo de vigilância e cobrança, pautada na ideia de que os números evidenciam a qualidade da educação, “retiram do foco a discussão sobre o direito à educação colocando em seu lugar a busca da eficiência em nome da ‘qualidade educativa’” (Oliveira, 2020, p. 111).

Para melhor compreender esse processo na educação pública do Paraná, dividiu-se as plataformas/ferramentas digitais em grupos, de acordo com suas principais características.

No **Grupo 1**, encontram-se plataformas que têm o foco de utilização no aluno, no aprendizado e contabilizam acessos, número de atividades enviadas e, às vezes, notas. Fazem parte desse grupo: Redação Paraná, Inglês Paraná, Matemática Paraná (*Matfic* e Khan Academy), Programação Paraná, Robótica Paraná, Leia Paraná e Desafio Paraná (Quizziz).

No **Grupo 2**, encontram-se plataformas/ferramentas com foco no trabalho docente, como o RCO (Registro de Classe On-line), o RCO+aulas (recurso dentro do site de Registro de Classe On-line, que disponibiliza planejamento de aulas e *slides* elaborados pela SEED, por exemplo), o Inglês Paraná Professor, a Sala de Aula Virtual (Google Classroom, que foi mais utilizado durante o período pandêmico) e o *Power BI*, já mencionado anteriormente.

Embora o Grupo 1 tenha como foco o aluno, a maioria das plataformas depende da mediação do professor, através da “criação” ou correção de atividades. “Criação”, entre aspas, porque “o controle da tecnologia digital aplicada à educação realiza-se, em primeiro lugar, através do esvaziamento dos conteúdos criativos dos sujeitos utilizadores” (Gjergji, Denunzio, 2023, p. 277), não somente um esvaziamento criativo do aluno, mas também do professor. O marketing comumente utilizado para promover essas ferramentas é de que elas inserem o aluno no mundo digital e facilitam o trabalho do professor.

No entanto, uma das implicações percebidas é a burocratização do trabalho do professor. Todos os registros, atividades, notas, recados, dentre outras atividades, são agora feitas de forma digital, e, como afirma o pesquisador Geo Saura (2023, p. 28, tradução livre) “o papel tinha um limite. Os dígitos, no entanto, são infinitos. Como não há limites, as plataformas digitais que intermediam o ensino podem exigir do professor cada vez mais inovação, maior desempenho de resultados, mais avaliações e muito mais registros”.

Já o Grupo 2 é mais associado às práticas de controle e vigilância. Os dados das demais plataformas são compilados em planilhas no programa *Power BI*, inclusive dados de frequência escolar. Esses dados são sinalizados com cores, a depender da métrica atingida. Segundo Oliveira (2021, p. 263), “é crescente a determinação de metas de desempenho que devem produzir resultados no seu trabalho, a imposição de valores mercantis para definir a relação entre as escolas e entre os pares, a premiação, a bonificação e, ainda, a cobrança de meritocracia e de desenvolvimento do espírito empreendedor para si e para os que educam.”

Uma das consequências da adoção das novas plataformas é a adaptação do trabalho docente ao ambiente virtual. Com isso, são acrescentadas várias tarefas, como “planejar as atividades nos apps, acompanhar a presença e a aprendizagem dos alunos a distância e [...] se adaptar à linguagem da web” (Previtali, Fagiani, 2023, p. 299).

Uma pesquisa encomendada pela APP Sindicato em 2023 revela a percepção dos docentes em relação à massiva plataformização do ensino. Os resultados evidenciam que a grande maioria dos professores desaprova a prática: “a exigência de uso limita as opções de apresentação dos conteúdos didáticos e transforma o(a) professor(a) em mero mediador da relação entre plataformas e alunos(as)” (APP Sindicato, 2023).

Além disso, ferramentas como o RCO+aulas, que disponibiliza materiais prontos para serem usados nas aulas, demonstram que o trabalho do professor como ser pensante, que elabora as aulas considerando a realidade das suas turmas, é desnecessário. Precisa-se de um professor-mediador, que transponha os conteúdos para os alunos, apenas. Portanto, “torna o ensino menos idiossincrático e pessoal, para, assim, torná-lo mais facilmente reproduzível, escalável e independente das características individuais, da humanidade e da autonomia inerentes a cada professor(a)” (Venco, Seki, 2023, p. 18).

A padronização à qual foi submetido o trabalho do professor é explicada pela lógica do mercado, já que facilita a criação e venda de produtos em larga escala, proporciona maior controle do que é ensinado (e foca nos indicadores avaliados nos testes) e viabiliza cobranças recorrentes.

Os fatores já elencados, como a cobrança excessiva, padronização e burocratização do trabalho docente, são considerados os principais motivos pelo adoecimento físico e psíquico dos professores (Piolli; Silva; Heloani, 2015). Um estudo realizado por pesquisadoras da PUC/PR (Da Silva; Vieira, 2021) evidencia que os transtornos mentais ou comportamentais foram a maior causa de afastamento ou concessão de licença-saúde entre os anos de 2017 e 2018 e outro estudo revela os impactos da pandemia para a saúde mental dos docentes, no qual figuram algumas causas que permaneceram mesmo após a pandemia, como as cobranças por desempenho (De Oliveira; Dos Santos, 2021). Sendo assim, pode-se inferir que o adoecimento persiste quase pelos mesmos motivos do período pandêmico.

Portanto, foram listadas neste trabalho algumas implicações da plataformização do ensino para o trabalho docente, olhando, em especial, para os exemplos de plataformas que foram implementadas no estado do Paraná. Tais exemplos, divididos em dois grupos, demonstram os efeitos do pensamento neoliberal e da NGP na educação pública e o desmonte do trabalho docente na Era Digital.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. M. F. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v.18, n.1, p.8-28, jan./abr.2018.

ADRIÃO, Theresa M. F.; DOMICIANO, Cassia. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico. In ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

APP Sindicato. Para 83% dos(as) professores(as), plataformas digitais não melhoraram aprendizado de estudantes no Paraná. **Notícias APP Sindicato**. 10 de agosto de 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/para-83-dosas-professoras-plataformas-digitais-nao-melhoraram-aprendizado-de-estudantes-no-parana/>. Acesso em 5 de jul. de 2024.

APP, Sindicato. Fim da escola pública: Ratinho Jr. escancara projeto privatista com edital de terceirização. **Notícias APP Sindicato**. 24 de outubro de 2022. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/fim-da-escola-publica-ratinho-jr-escancara-projeto-privatista-com-edital-de-terceirizacao/>. Acesso em 8 de ago. de 2024.

CEE, Conselho Estadual de Educação. Parceria entre SEED/PR e Google Beneficia Professores da Rede Pública. **Notícia**. 01 de março de 2018 Disponível em: <https://www.cee.pr.gov.br/Noticia/Parceria-entre-SEEDPR-e-Google-Beneficia-Professores->

da-Rede-Publica. Acesso em: 8 de ago. de 2024.

DA SILVA, Elza Fagundes; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Adoecimento docente nas escolas públicas do Estado do Paraná. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 181-192, 2021.

DE OLIVEIRA, Erik Cunha; DOS SANTOS, Vera Maria. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, 2021.

FREITAS, Luiz. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GJERGJI, Iside; DENUNZIO, Fabrizio. Digitalização e trabalho dos professores: o exemplo da Itália. In ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 625-646, 2015.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cadernos Cedes**, v. 35, p. 589-607, 2015.

PREVITALI, Fabiana Santana; FAGIANI, Cílon César. A educação básica sob a tecnologia digital e a subsunção do trabalho docente: diálogos entre Brasil e Portugal. In ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; PARCERISA, Lluís. Privatización educativa digital.

Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 11-37, 2023.

VENCO, Selma; SEKI, Allan Kenji. A docência à deriva: entre a tecnologia do futuro e a precariedade do presente. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, p. e16490-e16490, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021.